

A FORMAÇÃO DOCENTE NA TEMÁTICA DAS CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS¹

THE TEACHING TRAINING IN THE THEME OF THE CULTURES AND HISTORY OF INDIGENOUS PEOPLES: DIALOGUES NEEDED

Alexandre Gomes Soares

Universidade de São Paulo (USP)

prof.alexhis@gmail.com

Resumo: O presente texto relata a experiência de uma formação continuada denominada *Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas* que ocorreu no mês de abril de 2016 e com previsão de término em setembro de 2016. O curso, cujo público-alvo era composto de professores da educação básica da rede pública de todas as áreas do conhecimento, teve como objetivo central contribuir para o cumprimento da Lei 11.645 – que garante o ensino de história e cultura indígena nas escolas brasileiras –, por intermédio da formação docente. A proposta do curso foi planejada em cinco módulos com atividades a serem realizadas na plataforma Moodle e com cinco encontros presenciais na Universidade Federal de Minas Gerais. Como um dos requisitos de avaliação final do curso foi sugerida a elaboração de uma proposta didático-pedagógica para o nível de atuação do docente, a qual deveria ser relatada em formato de artigo.

Palavras-chaves: Formação docente; Culturas e história dos povos indígenas; Educação.

Abstract: Here is the report of the experience about a continuing education program called “Teachers’ Training in the Topic of Cultures and History of Indigenous Population”, which occurred in April (2016) and is expected to end in September (2016). The course, whose target audience was composed of teachers of public high school in all areas of knowledge, had as its central objective to contribute to compliance with Law 11.645 - which guarantees the indigenous and Brazilian history teaching at schools - by teacher training. The course proposal was planned in five steps with activities to be carried out in the online “Moodle platform” and with five presently meetings/classes at the Federal University of Minas Gerais, Brazil (UFMG). As a proposal to students at the end of the course, was suggested that a didactic-pedagogical or history activity proposal be developed for the level of teacher performance, in high school level, which should be reported in an article format.

Keywords: Teaching training; Cultures and history of indigenous population;; didactic of history

Introdução

Queremos
Encher a terra de vida
Nós os poucos (Mbyá) que sobramos
Nossos netos todos
Os abandonados todos
Queremos que todos vejam
Como a terra se abre como flor
(In: Diegues, Douglas [Org.]. *Kosmofonia Mbya-Guarani*, 2006)

O presente texto relata a experiência de uma formação continuada denominada *Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas* que ocorreu no período de abril de 2016 a abril de 2017. O curso teve como público-alvo professores/as da educação básica da rede pública de todas as áreas do conhecimento e o objetivo central era contribuir para o cumprimento da Lei 11.645 – que garante o ensino de história e cultura indígena nas escolas brasileiras – por intermédio da formação docente.

O ponto de partida ao buscar essa formação deve-se a minha formação inicial em História e com reduzida abordagem sobre a Cultura e História dos Povos Indígenas nesta habilitação, além disto, uma abordagem formativa com pouca produção de material didático sobre a temática.

A proposta do curso foi planejada em cinco módulos com atividades a serem realizadas na

plataforma Moodle e com cinco encontros presenciais na Universidade Federal de Minas Gerais. O Módulo 1: Terra e Território, que abordou um breve panorama histórico dos índios no Brasil com intenção de romper preconceitos, delineou dados demográficos, territoriais, atividades produtivas e dimensão simbólica; descreveu sobre as demarcações no país e suas fronteiras; a relevância da gestão ambiental e o uso sustentável do território; e expôs as ameaças e os conflitos envolvendo territórios indígenas. Nesse módulo a percepção sobre o conceito de território para os povos indígenas permeia o modo de produção, distribuição e consumo de bens e subsistência e suas dimensões simbólica e sociocosmológica do território/espço (UFMG, 2017).

O Módulo 2: Direitos Indígenas buscou refletir sobre as mudanças instauradas após a Constituição de 1988, a regulamentação dos direitos indígenas: impasses e desafios; os conhecimentos tradicionais, direito autoral, e direito de imagem e também a consulta prévia, livre e informada: direitos internacionais e a Convenção 169 da OIT (UFMG, 2017).

O Módulo 3: Arte Indígena apresentou as percepções sobre arte, artefato e agência no mundo indígena, exibiu um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil, e ilustrou os conceitos sobre cosmologia, mito, bem como as traduções, mediações e os intercâmbios dos indígenas (UFMG, 2017).

O Módulo 4: Medicina Tradicional descreveu a relação das terapias tradicionais com a medicina ocidental, as concepções de saúde, doença e cura no mundo indígena, a compreensão de xamanismo, conhecimento e corporalidade. As discussões permearam as relações e dissensões entre diferentes formas de curar: a saúde indígena e a medicina ocidental, além de identificar as percepções sobre saúde, doença e cura no mundo indígena com exemplos fundamentais desse processo (UFMG, 2017).

O Módulo 5: Saberes Indígenas na Escola abordou os processos de produção e transmissão de conhecimentos indígenas. Apresentou os diálogos entre saberes indígenas e escola no contexto indígena e demonstrou práticas educativas e propostas didático-pedagógicas de autoria indígena (UFMG, 2017).

Em cada um desses módulos havia uma atividade assíncrona, denominada fórum, que lançava algumas questões sobre o tema do módulo e no qual buscávamos interagir com os demais cursistas. Nos encontros presenciais vivenciamos uma palestra com integrantes dos povos indígenas¹ e com pesquisadores e pesquisadoras² que produzem conhecimento sobre a temática indígena. Nesse mesmo encontro elaboramos propostas pedagógicas que giravam em torno do módulo aberto para troca de saberes.

Como um dos requisitos de avaliação final do curso foi sugerida a elaboração de uma proposta didático-pedagógica para o nível de atuação do docente, a qual deveria ser relatada em formato de artigo.

Considerações sobre a importância da Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas

[...] As lacunas de nosso sistema educacional não são responsáveis apenas pelo desconhecimento sistemático dos universos indígenas, mas também pela disseminação de uma série de estereótipos que inviabilizam uma compreensão,

1 **Exemplos:** Dinaman Tuxá, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Maurício Yekuana, vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami; o indígena Assurui, da tribo Waiãpi, que atua como agente de saúde.

2 **Exemplos:** Ana Paula Caldeira Souto Maior, advogada do Programa de Política e Direito Socioambiental, do Instituto Socioambiental (ISA); Rogério Duarte do Pateo, Doutor em Antropologia Social pela FFLCH/USP, membro do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII/USP) de 1996 a 2005, e que se dedicou à pesquisa sobre os conflitos intercomunitários e o sistema de comunicação cerimonial dos índios Yanomami, entre os quais permaneceu cerca de 15 meses durante pesquisas de campo; Carlo Sandro de Oliveira Campos, doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com experiência na área de Letras em pesquisa relacionada ao português e a línguas indígenas do Tronco Macro-Jê (famílias Maxakalí e Botocudo), e que desenvolve pesquisa descritiva e teórica com enfoque nas áreas de Morfofonologia, Morfosintaxe e Léxico em interface com ensino de línguas e projetos de planificação linguística.

ainda que mínima, de tais povos. Imaginamos assim (e mesmo quando simpatizamos com os habitantes da floresta) que eles ainda permanecem no estado de natureza, que são primitivos, simplórios, pouco sofisticados, repetitivos ou mesmo ingênuos. (In: Poéticas indígenas. Pedro Cesarino, 2010)

Um dos pontos que emergem na formulação deste relato de experiência vincula-se às concepções e preconceções sobre os indígenas que permeavam as concepções deste autor sobre a população indígena. Isto deve-se parcialmente ao ocultamento da diversidade na educação básica e a insuficiente discussão da temática na formação inicial. Busco desenvolver outros olhares e uma produção do conhecimento que preze pela formação humana e cidadã. Para José Ribamar Bessa Freire (2000, p. 2), “tentar compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer ‘o outro’, ‘o diferente’, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos.”.

Tal apontamento provoca um compromisso ético com a história indígena e evidencia uma encurtada discussão sobre a temática na minha formação em História e Pedagogia, bem como assinala para as demais licenciaturas. Freire (2000) indica a necessidade de problematizar as ideias equivocadas sobre a sociedade indígena. Neste sentido, há uma ideia central de Roberto Da Matta denominada ao mencionar sobre o olhar do pesquisador que deve transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar.

Diante deste contexto e ao pensar na formação inicial de professores/as, elaborei uma proposta didático-pedagógica para ser trabalhada na disciplina Fundamentos e Metodologia do Ensino da História no curso de Pedagogia. Cabe destacar que se busca trabalhar com os discentes do curso de Pedagogia o ensino de história no contato com as diversas metodologias para a Educação Infantil e as Séries Iniciais, bem como a leitura sobre o espaço e o tempo e a prática do ensino da história na sala de aula, o desenvolvimento dos fundamentos do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Pensar em como trabalhar esse tema em uma sociedade plural, diversa, cidadã, com as discentes de um curso de Pedagogia que já atuam no espaço escolar ou que em breve deverão atuar na educação básica demanda um conhecimento sobre a função social desta instituição e sua finalidade. Segundo Holien Gonçalves Bezerra (2013, p.37), no artigo Ensino de História: Conteúdos e Conceitos Básicos – A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 22, aponta o caminho a perseguir na educação básica: “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania [...]”. É preciso ter clareza em relação ao tópico seleção e organização dos conteúdos, por exemplo o tópico terras indígenas. Além disto é necessária uma seleção de conteúdos que faça parte de um conjunto formado pela preocupação com o saber escolar, com as capacidades e as habilidades, e não pode ser trabalhada independentemente e especialmente os sujeitos que compõem nossa história.

Associada a essa dimensão, a Resolução 2, de 1.º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Esse ato normativo delinea matéria de sua competência e evoca no parágrafo 5, em seus princípios sobre a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que será norteada por uma concepção de formação na qual deverão ter

II – [...] compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015, p.4).

Partindo desse instrumento relacionei-o à proposta pedagógica criada no ano de 2016 para as discentes do curso de Pedagogia, cuja turma era composta por 26 graduandas, na faixa etária de 19 a 56 anos. A sequência didática foi elaborada com o objetivo geral de identificar as especificidades e complexidades dos povos indígenas brasileiros, bem como um pouco de origens

e diversidade linguístico-cultural. Neste sentido pode-se visualizar a sequência didática no Quadro 01.

Sequência Didática
Tema: A diversidade indígena na formação inicial em Pedagogia
Objetivo: Identificar as especificidades e complexidades dos povos indígenas brasileiros: origens e diversidade linguístico-cultural
Justificativa: Busca-se compreender a herança histórica dos povos indígenas com o pressuposto de que tal ensino da temática das culturas e história dos povos indígenas refletiria numa percepção mais afirmativa da diversidade étnico-racial, bem como a problematização das relações de poder e desigualdades que permeiam a nossa população.
Conceitos trabalhados: indígenas, línguas, diversidade étnico-racial
Materiais: Documentário Quem São Eles? (Ailton Krenak), revistas, visita ao Memorial Minas Vale, especialmente o percurso Africanidades e Memória, que busca dar destaque à cultura africana presente em Minas Gerais, percebendo e valorizando a diversidade étnico-cultural (afro-brasileira, africana e <i>indígena</i>), bem como identificar e reconhecer as diversas formas de resistência como manifestações culturais (VALE, 2016).
Avaliação: As alunas participaram de uma visita ao Memorial Minas Gerais Vale e conhecerem algumas “nações” indígenas brasileiras. Relataram sua aproximação e seu distanciamento com a temática.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Na linha argumentativa sobre sequência didática, Ana Cláudia Gonçalves Pessoa (2014, s.p.) descreve que

[...] a sequência didática é uma forma de organização do trabalho pedagógico que permite antecipar o que será enfocado em um espaço de tempo que é variável em função do que os alunos precisam aprender, da mediação e do constante monitoramento que o professor faz para acompanhar os alunos, por meio de atividades de avaliação durante e ao final da sequência didática.

Organizei a aula visando identificar quais eram as primeiras percepções que elas possuíam a respeito da diversidade na sala de aula, especialmente sobre os povos indígenas. A primeira sondagem foi sobre o que estudaram sobre história e cultura dos povos indígenas na educação básica. As percepções delas giraram em torno de que não haviam estudado sobre a temática ou lembravam alguma coisa especificamente em datas comemorativas (Dia do Índio ou Dia da Consciência Negra), ou que algo passava pelo aspecto da cultura. Um relato específico de uma discente apareceu da seguinte forma: “estudei os povos indígenas nas aulas de História na época da catequese (alfabetização), escravização e extermínio” (Discente R, 2016).

No segundo momento eu perguntei a elas se conseguiam identificar a diferença entre os termos indígena, índio, ameríndio, silvícola e aborígene. A leitura sobre esse ponto preponderou na perspectiva de que não sabiam a diferença. Apenas uma discente descreveu da seguinte forma: “índio é o indivíduo com suas características de origem. Indígena é o que se atribui ao grupo que pertence, sua cultura” (Discente E, 2016). Nota-se a reduzida discussão sobre a temática na educação básica e sobre isso o Instituto Socioambiental (2017) aponta também que

Genericamente, os povos indígenas que vivem não apenas em nosso país, mas em todo o continente americano, também são chamados de índios. Essa palavra é fruto do equívoco histórico dos primeiros colonizadores que, tendo chegado às Américas, julgaram estar na Índia. Apesar do erro, o uso continuado, até mesmo por parte dos próprios índios, faz da palavra, no Brasil de hoje, um sinônimo de indivíduo, pessoa indígena. Como há certas semelhanças que unem os índios das Américas do Norte, Central e do Sul, há quem prefira chamá-los, todos, de ameríndios. Os índios ou ameríndios são os povos indígenas das Américas. Em décadas passadas, outra palavra era bastante usada no Brasil para designar os índios em geral: silvícolas (“quem nasce ou vive nas selvas”). O termo é totalmente inadequado, porque o que faz de alguém indígena não é a característica do lugar onde se nasce ou vive (a “selva”).

Outra questão apresentada levantou qual a importância de estudar a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas. A abordagem das discentes evidenciou a necessidade de se estudar o tema, pois indicaria a aceitação da diferença, bem como conhecer a própria história e conhecer a diversidade brasileira.

Após essa sondagem foi exibido o Programa Índios no Brasil: Quem São Eles? (Ailton Krenak) e depois se abriu uma roda de diálogo para as impressões sobre o documentário. Associado a esse debate indiquei um texto de Circe Maria Fernandes que abordava Conteúdos e Métodos de Ensino de História: Breve Abordagem Histórica. Orientei as discentes a refletirem como os indígenas eram representados no ensino de História.

Uma ação educativa foi planejada e teve como direção uma visita ao Memorial Minas Gerais Vale³, que, segundo a instituição, foi aberto em 2010 e é caracterizado como museu de experiência, isto é, apresenta cenários reais e virtuais que se misturam para criar experiências e sensações que levam os visitantes do século XVIII ao século XXI.

Circe Bittencourt (2005, p. 354) afirma que:

É comum encontrarmos crianças e jovens em museus, acompanhados de professores, percorrendo as salas onde estão expostos variados objetos em vitrinas com iluminação atrativa. [...] fica a indagação sobre o que efetivamente se aprende nessas visitas, que demandam preparação e envolvimento dos docentes e da comunidade escolar.

Nesta visita foi possível trabalhar o contexto pessoal das discentes, o contexto físico e o contexto sociocultural que envolve a experiência museológica descrita por Falk e Dierking (1992).

³ Criado e mantido pela Vale, por meio de sua Fundação, o Memorial integra o Circuito Cultural Praça da Liberdade. Para mais informações, consultar: <<http://www.memorialvale.com.br/sobre-memorial/apresentacao-sobre-memorial/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

FIGURA 1 – Visita ao Memorial Minas Gerais Vale com monitoras e dois docentes.



Fonte: Foto do autor/2016.⁴

FIGURA 2 – Sala que contempla a diversidade indígena em Minas Gerais



Fonte: Foto do autor/2016.

Como última ação educativa, realizamos uma atividade avaliativa na qual solicitei que elaborassem um texto sobre o seguinte ponto:

4 É oportuno destacar que essa exposição situa-se no Percurso III – Africanidades e Memória, na qual a instituição museológica busca resgatar a cultura africana presente em Minas Gerais, percebendo e valorizando a diversidade étnico-cultural, assim como identificar e reconhecer as diversas formas de resistência como manifestações culturais (MEMORIAL MINAS GERAIS VALE, 2016, p.13).

Em pleno século XXI a grande maioria dos brasileiros ignora a imensa diversidade de povos indígenas que vivem no país. Estima-se que, na época da chegada dos europeus, fossem mais de 1.000 povos, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Atualmente encontramos no território brasileiro 246 povos, falantes de mais de 150 línguas diferentes. Os povos indígenas somam, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. A maior parte dessa população distribui-se por milhares de aldeias, situadas no interior de 701 Terras Indígenas, de norte a sul do território nacional. Com base nas discussões na sala de aula descreva como poderia ser trabalhado o ensino de História com ênfase na diversidade indígena (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017, s.p.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a formação possibilitou um novo olhar e uma compreensão acerca dos povos indígenas. Concordo com o pressuposto de que o ensino da temática das culturas e história dos povos indígenas refletiria numa percepção mais afirmativa da diversidade étnico-racial.

Assim, a problematização das relações de poder e desigualdades que permeiam a nossa população possibilita a compreensão de que nosso país apresenta uma rica geografia de identidades étnico-raciais, culturais e religiosas, de sorte que segundo o último recenseamento geral a população negra representa mais da metade dos brasileiros.

Ademais, há cerca de 250 etnias indígenas, sem olvidarmos o pluralismo religioso dos cidadãos que não professam crença religiosa, das crianças e dos adolescentes portadores de deficiências e daqueles que provêm de famílias cujo núcleo difere do antigo padrão homem/mulher (JÚNIOR, 2012).

Ainda nesta linha argumentativa concorda-se com Bezerra (2013) ao conceber a História como ações dos sujeitos históricos e que não se restringem as ações individuais, mas no embate das relações sociais no tempo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na Sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2013. P. 37-48.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos e métodos de Ensino de História: breve Abordagem histórica. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art26a> Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 03, de 10 de março de 2004**. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>> Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**- Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

CESARINO, Pedro de Niemeyer. Poéticas indígenas. In: Ricardo, Beto; Ricardo, Fany. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil** (2006-2010). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, v. , p. 149-150.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 23-35.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**, Petrópolis: Vozes, 1981. DIEGUES, Douglas (Org.). **Kosmofonia Mbya-Guarani**. São Paulo, Mendonça & Provazi editores, 2006.

FALK; DIERKING. **The museum experience**. Washington DC: Whalesback Books, 1992.

FREIRE, J. R. B.. **Cinco idéias equivocadas sobre o índio**. Cenesch Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano, Manaus, v. 1, p. 17-33, 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. BRASIL, Povos Indígenas no. **Sobre os povos indígenas**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

JÚNIOR, Hélio Silva. Anotações conceituais e Jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial. In: BENTO, Maria Aparecida Silva, (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

PESSOA, A. C. R. G.. Sequência Didática. In: Izabel Cristina Alves Da Silva Frade, Maria Da Graça Costa Val, Maria Das Graças De Castro Bregunci. (Org.). **Glossário Ceale: Termos De Alfabetização, Leitura E Escrita Para Educadores**. 1ªed. Belo Horizonte: Faculdade De Educação-Ufmg, 2014, v. , p. 301-302.

UFMG. **Curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas**. 2016. Plataforma Moodle. Disponível em: <<https://virtual.ufmg.br/caed/course/view.php?id=59&ion=1>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

UFMG. **Curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas**. 2016. Plataforma Moodle. Disponível em: <<https://virtual.ufmg.br/caed/course/view.php?id=59&ion=1>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

VALE, Memorial Minas Gerais. **Plano Educativo**. Disponível em: <<http://www.memorialvale.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Plano-Educativo1.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

Agradeço a revisão cuidadosa de Vanessa Umbelina da Silva.

Recebido em 31 de julho de 2017.
Aceito em 25 de setembro de 2017.